
**OS IMPACTOS DA COVID 19 NA PERSPECTIVA DA SEGURANÇA
ALIMENTAR**

**THE IMPACTS OF COVID 19 IN THE PERPECTIVE OF FOOD
SECURITY**

**LOS IMPACTOS DEL COVID 19 DESDE LA PERPECTIVA DE LA
SEGURIDAD ALIMENTARIA**

Bárbara Evelyn Baracho Wanderley¹

Wanderleyel13@gmail.com

Nátali Filomeno Asada²

asada.nfb@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir o caráter da segurança alimentar no escopo contemporâneo da crise Sars- cov-2 – Covid 19, dando relevo às possíveis causas da insegurança alimentar no aspecto multiescalar, global – regional, considerando o atual cenário que envolve o Brasil. Para isso, em um primeiro momento foi traçado um panorama a respeito das crises e suas implicações na segurança alimentar. Além de um olhar voltado para os novos cenários no atual invólucro da crise do Covid – 19, evidenciando desta forma um debate acerca das preocupações, possíveis medidas a serem tomada nos diversos âmbitos, principalmente no que tange as condições que viabilizem a segurança alimentar. Metodologicamente esse escrito foi construído com base em relatórios internacionais (ONU, OMS, CEPAL, OIT) e outras fontes secundárias (bibliografias sobre a temáticas, notícias, etc). No Brasil, a garantia da segurança alimentar advém principalmente, mas não somente do acesso a renda, nas múltiplas esferas que abrange o trabalho.

Palavras-chave: Covid-19. Segurança alimentar. Crise. Insegurança alimentar. Trabalho.

ABSTRACT: This article aims to discuss the character of food security in the contemporary scope of the crisis Sarscov-2 - Covid 19, emphasizing the possible causes of food insecurity in the multi-scale, global - regional aspect, considering the current scenario that involves Brazil. For this, at first, a panorama was drawn up about current crises and their implications for food security. In addition to looking at the new scenarios in the covid - 19 crisis, thus highlighting a debate about concerns,

¹ Bacharela em geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, mestranda em geografia pela Universidade Federal do Paraná e integrante do coletivo de estudos sobre conflitos pelo território e pela terra.

² Bacharelanda em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco e Membro do grupo de pesquisa SERGEO (Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento).

possible measures to be taken in different areas, especially with regard to the conditions that make food security feasible. Methodologically, this writing was based on international reports (UN, WHO, ECLAC, ILO) and other secondary sources (bibliographies on topics, news, etc.). In Brazil, the guarantee of food security comes mainly, but not only from access to income, in the multiple spheres that encompass work.

Keywords: Covid-19. Food security. Crisis. Food insecurity. Job.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir el carácter de la seguridad alimentaria en el ámbito contemporáneo de la crisis Sarscov-2 - Covid 19, enfatizando las posibles causas de la inseguridad alimentaria en el aspecto global, regional y multiescala, considerando el escenario actual que involucra el Brasil. Para esto, al principio se elaboró un panorama sobre las crisis y sus implicaciones para la seguridad alimentaria. Además de mirar los nuevos escenarios en el marco actual de la crisis covid - 19, destacando así un debate sobre preocupaciones, posibles medidas a tomar en las diferentes áreas, especialmente con respecto a las condiciones que hacen posible la seguridad alimentaria. Metodológicamente, este escrito se basó en informes internacionales (ONU, OMS, CEPAL, OIT) y otras fuentes secundarias (bibliográficas sobre los temas, noticias e etc.) En Brasil, la garantía de la seguridad alimentaria proviene principalmente, pero no solo del acceso a los ingresos, en las múltiples esferas que abarcan el trabajo.

Palabras Claves: Covid-19. Seguridad alimentaria; Crisis. Inseguridad alimentaria. Trabajo.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a insegurança alimentar sempre foi um assunto discutido e analisado em diversas escalas. Segundo a FAO (2017), aproximadamente 870 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional no mundo. Esse é um número alarmante, não devido à incapacidade da humanidade de produzir e distribuir alimentos para todos, mas os mesmos demonstram que as instituições políticas e sociais não são capazes de introduzir essas pessoas em ciclos que lhes ofereçam desenvolvimento, justiça social e liberdades fundamentais (NUSSBAUM, 2013; SEN, 2000). Embora os fenômenos da fome e nutrição inadequada tenham aumentado nos países desenvolvidos nos últimos anos, a imensa massa de famintos e malnutridos se encontra no sul global (PATEL, 2007).

É denso o consenso acadêmico internacional de que as quatro crises observadas neste século dificultam a garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) no Sul Global. Crises como a climática, energética, econômico-financeira e agroalimentar tem cada vez mais agravado o cenário da insegurança alimentar. Outra dinâmica atrelada a das crises também tem corroborado para o agravamento desse cenário, próprio do nosso tempo, o

land grabbing (CLAPP; COHEN, 2009; McMICHAEL, 2013), caracterizado através das grandes aquisições de terra, compõe o que seria uma caminhada a passos largos a um quadro cada vez mais crítico de insegurança alimentar. As simbioses de crises que compõe as diversas análises sobre a segurança alimentar, no atual momento fomentam um panorama mais amplo para análise de uma crise bem mais complexa, que engloba de uma forma multifacetada diversos aspectos das quatro crises e da dinâmica do *land grabbing*.

A recente crise acunhada como sars - cov-2 covid 19, ou simplesmente covid 19, é uma pandemia que caminha com uma potencialidade de ser uma grande crise e/ou um dos maiores desafios para o cenário da segurança alimentar, não se limitando apenas no sentido particular da presente análise. Em janeiro, a Organização Mundial de Saúde lança seu primeiro relatório WHO (2020), sobre alguns casos de pneumonia detectados em Wuhan, província de Hubei na China. Um total de 44 pacientes, entre o dia 31 de dezembro de 2019 e 3 de janeiro de 2020. Nesse relatório ainda não se tinha dimensão da natureza do surto, que no primeiro momento foi associado com uma possível exposição a um único fruto do mar no mercado na cidade de Wuhan. Os dois relatórios seguintes divulgados pela OMS³ apresentam maiores números de casos relacionados com essa aparentemente pneumonia. No terceiro relatório a terminologia usada é a do novo coronavírus (2019-nCoV)², na perspectiva global, os casos agora não se limitam geograficamente mais a China. No dia 11 de março de 2020, a OMS declara o novo coronavírus Covid- 19 como uma pandemia⁴. Nesse interim da declaração ao aumento global dos números de casos relacionados a Covid – 19, diversos aspectos da sociedade foram problematizados, um deles foi o da segurança alimentar.

A preocupação com a segurança alimentar é constantemente evidenciada (CLAPP, 2012; McMICHAEL, 2009; McKEON, 2015) e as consecutivas crises tendem a aumentar as inquietações mundiais sobre o tema. Desde aspectos como a produção, distribuição e preços dos alimentos, aos sujeitos afetados. A crise acentua a vulnerabilidade, principalmente em países em que as condições sociopolíticas, climáticas e socioeconômicas não tendem a estabilizar (FAO, 2020). No cenário atual, em que não se vê horizonte a curto prazo para estabilidade da crise do covid 19, diversas organizações trazem alertas e preocupações nos relatórios⁵, a nível mundial, de como lidar com a instabilidade nas múltiplas camadas sociais. Apesar das análises mudarem, tendo em vista que a crise,

³ <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>

⁴ <https://nacoesunidas.org/organizacao-mundial-da-saude-classifica-novo-coronavirus-como-pandemia/>

⁵ FAO, OIT, CFS, GRAIN, OMS

principalmente na América Latina ainda não atingiu seu ápice, é possível conjecturar os seus prováveis impactos.

Diante do presente arcabouço, o trabalho busca discutir o caráter da segurança alimentar no escopo contemporâneo da crise Sars-cov-2 – Covid 19, dando relevo as possíveis causas da insegurança alimentar no aspecto multiescalar, global – regional, considerando os processos que estimulam a volatilidade dos preços dos alimentos, o estresse na cadeia alimentar global, e o processo de acumulação que atravessa essa conjunção. O Brasil adentra esse panorama enfatizando o lineamento da segurança alimentar ao decorrer da crise, com nuances relacionadas a um tear de crises sociopolíticas.

Metodologicamente foi realizada uma revisão bibliográfica no campo da segurança alimentar e dos estudos agrários; atrelando a busca de pesquisa documental em relatórios de organizações internacionais como FAO, CFS, OIT e relatórios nacionais do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e FIAN Brasil. Houve também buscas de notícias em jornais de grande circulação e também em órgãos oficiais. Assim, foi possível ter um panorama multifacetado dos debates que permeiam a segurança alimentar.

OS EFEITOS DAS MÚLTIPLAS CRISES NA SEGURANÇA ALIMENTAR

A primeira vez que a definição de segurança alimentar foi usada, era dentro no contexto da disponibilidade mundial a alimentos básicos adequados e como um meio de compensação, caso houvesse flutuações na produção e nos preços dos alimentos (ONU, 1975; FAO, 2003). Entretanto, a definição mais recente evidencia outros aspectos que são relevantes para o fomento da segurança alimentar, como o acesso a alimentos em todos os momentos, em todas as condições físicas e de forma suficiente, segura e nutritiva (FAO, 2001; FAO, 2003).

A segurança alimentar deixou de ser tratada apenas nas vertentes da produção e distribuição de alimentos, mas tornou-se um quadro preenchido por diversas preocupações, desde nutritivas até de saúde pública (PATEL, 2009). Maior parte desse resultado se deve aos esforços da via campesina para apresentar a cúpula mundial da alimentação em 1996 o conceito de soberania alimentar (VIA CAMPESINA, 1996). Especificamente desenvolvido para modificar as noções predominantes de segurança alimentar.

A segurança alimentar sempre foi permeada por uma série de acontecimentos relevantes, desde a elaboração da sua definição. A contar com conflitos, más condições

climáticas e um número significativo de pessoas que são deslocadas para a extrema pobreza (CLAPP; COHEN, 2009).

As crises econômicas, principalmente a de 2006-2008, demonstraram que a segurança alimentar ainda é suscetível a economia, especialmente os preços dos alimentos, que subiram vertiginosamente nesse tempo. O cenário da crise de 2008 é muito claro nesse aspecto. Os preços dos alimentos eram voláteis as nuances das estruturas econômicas, sobretudo as corporações globais, que passaram a ter domínio sobre grande parte das cadeias de suprimentos (CLAPP, 2009; PATEL; McMICHAEL, 2009). Durante esse período, diversas manifestações de rua e tumultos acontecerem em países como o Iêmen, Guiné, México, Marrocos, Haiti e Tunísia (PECHLANER; OTERO, 2010). O império alimentar, segundo McMICHAEL (2005), seria essa síntese de novos fluxos de mercadorias, sendo composto no seu involucro por um estado imperial, um preço mundial e/ou um império corporativo. Nessa lógica, os mercados alimentam apenas pessoas que possuem o poder de compra necessário e não são a maioria que dispõem desse poder (PATEL, 2007).

Existe uma desigualdade comercial tangente que permeia o sistema internacional agrícola e por essa razão as negociações da rodada de doha, da organização mundial do comércio (OMC) se concentrou de forma específica na correção dos desequilíbrios do setor agrícola, ainda segundo CLAPP (2009). Países ricos e industrializados gastam mais de 300 bilhões de dólares ano em subsídios voltados para a agricultura e para apoiar a produção e o comércio agrícola. Os países em desenvolvimento ocupam uma posição bem diferente, não podem por muitas vezes fornecer um nível comparável de subsídios, e mesmo que fosse possível, os doadores fizeram uma abordagem direcionada para o mercado, voltado a assistência nas últimas três décadas, CLAPP (2009, p. 22). A situação foi elevada para um campo de “jogo” altamente desigual, que teve os incentivos à produção agrícola diminuídos nos países de desenvolvimento, levando um grande número de pessoas de baixa renda a insegurança alimentar, especificamente nos países em desenvolvimento.

Uma sequência de fatores é correlacionada para garantir a segurança alimentar, principalmente para “controlar” o preço dos alimentos. Que poderiam, numa explicação mais genérica, flexibilizar de acordo com a oferta e a demanda, mas essa é uma razão dentre tantas, que elucidaria uma fração do constante manejo da segurança alimentar.

No entanto, o atual desafio à segurança alimentar está ocorrendo durante um período de profunda transformação estrutural da economia global de alimentos. O entrelaçamento de alimentos, energia e finanças, vem mudando a oferta e a demanda da dinâmica global e há uma maior

consolidação no setor agroalimentar, que são os principais impulsionadores atuais dos preços dos alimentos (SCHUTTER, 2011, p. 3).

É conveniente pontuar, como já destaca o excerto, que os alimentos em si representam apenas a ponta do que é de fato a grande estrutura do império agroalimentar. Entrelaçado por essa teia que é energia e finanças, o elevado preço dos alimentos, é apenas o sumo de uma macroestrutura econômica. Além disso, os produtores estrangeiros, que contam as commodities em dólares, podem aumentar os preços para compensar uma possível queda do valor do dólar⁶ (ELLIOTT, 2008).

É pertinente salientar, que a “demanda” por alimentos, na verdade é uma tendência especulativa de mercadorias ou uma “bolha” atrelada ao investimento financeiro ou seja, “a formação de preços em mercados de commodities depende de fatores financeiros, além de oferta e fornecimento "reais" (TIMMER, 2008, p. 8). A um grande aparato de investidores por trás da logística que envolve as commodities, em larga escala, desde fundos de pensão, *hedge funds* e outros investidores institucionais. Alguns desses fatores influenciam ou melhor, tangenciam, fundamentos que alimentam a crise alimentar, e que atrelados a crise do covid 19, formam uma sequência multifacetada de crises.

A CRISE DO COVID 19 E OS NOVOS CENÁRIOS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

O avanço da pandemia do sars - cov-2 covid 19 levou o mundo a um estado de alerta profundo. Com o número de infectados crescendo desde os primeiros casos identificados⁷, houveram profundas mudanças na sociedade e com elas também surgiram as preocupações e as projeções de como lidar e se preparar para os diversos cenários. Um desses cenários é o da segurança alimentar. Algumas notícias apontaram para preocupações acerca da distribuição global de alimentos, preços e principalmente sobre questões que tangem a segurança alimentar no sentido mais estrito⁸. Entretanto, essa é uma preocupação não só dos meios *mainstream* de comunicação.

Na comunidade internacional, diversas organizações têm analisado e se deparado com essa grande questão da segurança alimentar e da distribuição global de alimentos. A

⁶ Então de fato dá a entender que houve um “aumento” da demanda, quando na verdade houve uma subida do dólar em relação as commodities.

⁷ <https://nacoesunidas.org/oms-a-cada-dia-mundo-registra-em-media-80-mil-novos-casos-de-covid-19/>

⁸ <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-food-security-idUSKBN21808G>

<https://opinio.estado.com.br/noticias/espaco-aberto,um-alerta-global-para-zoonoses-e-seguranca-do-alimento,70003280974>

<https://www.reuters.com/article/us-global-economy-food/world-food-prices-dip-in-february-hurt-by-coronavirus-u-n-idUSKBN20S0YI>

FAO (2020), na sua primeira análise sobre as medidas do que precisa ser feito com uma cadeia de suprimentos sobre tensão, põe em relevo pontos que podem vir a ser um momento de estresse à garantia da segurança alimentar, principalmente em relação ao lado dos suprimentos. No relatório, questões abordadas acerca de uma provável baixa na produção, cadeias de suprimentos interrompidas, restrições de transporte e medidas de quarentena que possam vir impedir o acesso aos agricultores a insumos e mercados, restringindo capacidade produtiva e até negando por vezes possíveis pontos de venda para escoar os produtos, segundo a FAO (2020, p. 4). São questões que podem oscilar a cadeia de suprimentos global.

Outras preocupações expostas pela FAO no relatório global de 2020 sobre crises alimentares, consiste também na avaliação de que “As previsões agudas de insegurança alimentar para 2020 foram produzidas antes do covid- 19 se tornar uma pandemia e não explica seu provável impacto nos países em crise alimentar” FAO (2020, p. 8). Os conflitos/ insegurança ainda eram o principal fator das crises alimentares em 2019, mas os fatores “extremos climáticos” e as crises socioeconômicas se tornaram cada vez mais pilares significativos.

Contudo, existe uma outra preocupação que é analisada no relatório em relação a pandemia, que sim, ela seria um fator que pode induzir a insegurança alimentar. Principalmente nos contextos mais sensíveis, e particularmente entre os mais vulneráveis, que trabalham na agricultura informal por exemplo, segundo a FAO (2020, p.8). Uma recessão global dessa magnitude geraria uma perturbação, especialmente na rede de fornecimento de alimentos.

Essa inquietude em relação ao trabalho, de modo mais abrangente também é compartilhada pela Organização Internacional do Trabalho, que conjectura a perda de quase metade da força de trabalho global, cerca de 1,6 bilhões de trabalhadores da economia informal correm o risco de ficar sem meios de subsistência⁹, isso sem cotar o cenário mais específico da América Latina, que no relatório “Coyuntura laboral em América Latina y el Caribe” feito pela Cepal e OIT detalha que:

“Segundo estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a atividade econômica da região deverá contrair 5,3% em 2020. À medida que a dinâmica da pandemia continua e medidas de distância física ainda são necessárias, espera-se que a contração seja maior que a projetada” (CEPAL;OIT, 2020, p. 6).

⁹ Ver https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_743197/lang--pt/index.htm. Acesso em: abril/ 2020.

Esse cenário seria de extrema relevância para compor o panorama da insegurança alimentar, considerando a vulnerabilidade dentro do contexto econômico, principalmente no que tange a América Latina.

É pertinente situar que a FAO dentro desse contexto compreende a insegurança alimentar como à falta de acesso seguro a um quantitativo de alimentos nutritivos para o crescimento humano e ao desenvolvimento da vida ativa e saudável. Os alimentos nessa lógica devem sempre estar disponíveis em quantidades diversas e suficiente, FAO (2020, p. 14). A elaboração do conceito “*Drivers of acute food insecurity*”¹⁰ parte desse princípio, considerando os amplos aspectos que podem levar a humanidade a esse nível de estresse por uma insegurança alimentar considerada aguda, que seria em síntese, um momento específico de gravidade que ameace a vida e/ou meios de subsistência ou ambos.

Nas circunstâncias da América Latina e no Caribe, com esse entrelaçamento entre crises sociopolíticas, condições climáticas extremas, e a provável falta de emprego, é previsto que os altos preços dos alimentos deteriorem uma possível insegurança alimentar aguda em alguns países, de acordo com a FAO (2020, p.10) e agrave também os países que já se encontram dentro dos “motores” que levam a insegurança alimentar aguda, que estão na África, no Oriente Médio e na Ásia.

Além da FAO, o comitê de segurança alimentar mundial (CFS) também compartilha das inquietudes acerca do futuro cenário da garantia da segurança alimentar. De modo que também alerta o impacto da pandemia sobre os mais vulneráveis:

A pandemia do COVID-19 já está afetando diretamente os sistemas alimentares por meio de impactos no suprimento da demanda de alimentos e indiretamente - mas igualmente importante - por meio das reduções no poder de compra, a capacidade de produzir e distribuir alimentos e a intensificação das tarefas de assistência, que terão impactos diferenciados e afetará mais fortemente os pobres e vulneráveis. O risco potencial de disponibilidade e preços globais de alimentos dependerá da duração do surto e a gravidade das medidas de contenção necessárias (CFS, 2020, p. 4).

Nesse âmbito, o covid -19 afeta a oferta e a demanda diretamente e indiretamente os quatro pilares da segurança alimentar e nutricional (FSN), constituídos por: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Nesse quadro também se espera que haverá efeitos imediatos relacionados as medidas de restrição, posto brevemente em relevo, que possivelmente afetará o arranjo da economia global.

¹⁰ Motores de insegurança alimentar aguda – como dito anteriormente, diversos aspectos como crises sociopolíticas, climáticas, econômicas, salientam e estimulam o desenvolvimento da insegurança alimentar

O comitê de segurança alimentar proporciona um quadro nada otimista, considerando colapsos no desdobrar da pandemia, o excerto em relação a continuidade do cenário salienta:

Se os surtos em todo o mundo forem graves ou continuarem por longos períodos, com o tempo é provável que haja interrupções mais graves que possam reduzir a disponibilidade de alimentos nos mercados a médio e longo prazo. Essas interrupções podem ocorrer como resultado dos próprios produtores adoecerem ou devido as perturbações nos mercados com relação a políticas para conter o vírus, e capacidade enfraquecida resultante para produzir, transformar e transportar alimentos (CFS, 2020, p. 5).

Diante do que está intrínseco no excerto, alguns pontos extremamente relevantes como a) disponibilidade de alimentos, b) impacto na saúde dos produtores rurais, c) perturbações políticas e d) o escoamento da produção precisam ser o centro da preocupação no que tange a garantia da segurança alimentar e nutricional, no que se refere a cautela. Esses aspectos podem declinar não só a segurança alimentar, mas em aspectos mais extremos, podem levar a sociedade a uma situação extrema, levando a fome a ser mais uma vez objeto de inquietação.

O IMPACTO DA COVID – 19 NO DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

Nos encontramos em um contexto de grande turbulência nacional que repercute diretamente no planejamento dos estados e municípios, da sociedade em âmbitos gerais. Estamos em um complexo processo histórico da cena política brasileira, enfrentando uma crise política e de saúde pública que afeta todos os setores da sociedade, contribuindo com o aumento das dificuldades na manutenção de direitos e avanços conquistados pelos diversos segmentos da sociedade.

O Brasil é um dos países que alcançou as metas internacionais de combate à fome em 2015, reduzindo de 11,2% de pessoas subalimentadas em 2000-2002 a menos de 5% no período de 2014-2016 (Planesan - PE 2016/2019). Entretanto, persistem problemas relacionados a má nutrição em todas as suas dimensões. Mesmo com os progressos quanto a saúde e nutrição no Brasil, ainda existe uma alta prevalência de insegurança alimentar e nutricional na região nordeste. Entre alguns dos obstáculos enfrentados para alcançar a segurança alimentar estão as relacionadas ao acesso e disponibilidade a uma alimentação adequada e saudável.

Foi estabelecido, em âmbito internacional, o direito humano à alimentação adequada (DHAA), através do Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais e, no Brasil, endossado por meio da lei orgânica e de emenda constitucional. De acordo com o Art. 3º da Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006), o conceito de segurança alimentar e nutricional é delineado como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

No Brasil, a dificuldade de acesso regular e permanente aos alimentos por um contingente significativo da população, associada à renda insuficiente, determina um quadro de insegurança alimentar. Quanto menor o rendimento mensal domiciliar per capita, maior a proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, fato que revela a restrição qualitativa e quantitativa de alimentos ou o fenômeno da fome nesses domicílios (COTTA; MACHADO, 2013).

IMPACTOS NA POPULAÇÃO VULNERÁVEL

Recortes populacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tem a saúde mais impactada pela tendência global de recessão econômica, principalmente os que residem em áreas de risco. Um dos principais aspectos a serem considerados em relação à população vulnerável é o de moradia e todas as variáveis relativas a esse aspecto. Residir em áreas de risco como aglomerados subnormais, regiões com baixo acesso a água e saneamento, dentre outros fatores, dificulta seguir as recomendações de higiene individual e coletiva determinadas para o controle da COVID-19.

De acordo com dados do IBGE, apenas 38,2% dos municípios contavam, em 2017, com uma Política Municipal de Saneamento Básico. Existem disparidades entre as regiões brasileiras revela disparidades: nos municípios do Nordeste somente 18,6% relataram ter uma política de saneamento, enquanto 63,7% dos municípios do Sul. Conseqüentemente, a média de atendimento total com rede de abastecimento de água foi de 83,6%, em 2018, já o atendimento total com rede de esgotos foi de 53,2% no Brasil.

Outro aspecto que afeta as pessoas em situação de vulnerabilidade social é o impacto em suas fontes de renda. As medidas de isolamento domiciliar afetam a renda de trabalhadores informais e, em curto prazo, afetará os assalariados pelo risco de demissão

e/ou redução da jornada de trabalho, com conseqüente redução dos seus rendimentos (OIT, 2020). Antes da pandemia, já estávamos em meio a uma crise econômica e retrocessos nos direitos trabalhistas, cenário que está sendo acentuado pela pandemia, fragilizando ainda mais os vínculos empregatícios.

Nesse sentido, o número de pessoas invisíveis às políticas sociais, especialmente a população em situação de rua, tende a aumentar, no entanto, as ações que já não concretizam o direito à saúde precisarão ser repensadas como forma de proteção a toda sociedade contra o novo coronavírus (OLIVEIRA et al; 2020).

IMPACTOS NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE ALIMENTOS

No atual contexto de pandemia global, mais do que nunca é importante reconhecer o papel central da autossuficiência produtiva nacional e a importância do repasse de renda para acesso aos alimentos por parte da população vulnerável e de assegurar a soberania alimentar conceito que, segundo (BELIK, 2003), considera três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. Por sua vez, o conceito de segurança alimentar abre margem para diferentes interpretações.

De modo que, países ricos, grandes produtores agrícolas, costumam alegar motivos de segurança alimentar para impor barreiras às importações e elevar artificialmente os preços dos alimentos (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996). No que tange a disponibilidade dos alimentos, no atual contexto crítico, pode-se especular que existam riscos de ocorrer faltas localizadas, por cortes de rota ou problemas relacionados a logística de abastecimento, devido às recomendações de isolamento social, como a FAO (2020) já alerta.

No Brasil, o cenário da garantia da segurança alimentar é preocupante no contexto do desmonte da política de segurança alimentar que ocorre a algum tempo, mas particularmente se agrava no governo atual. Houve a extinção do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), a tentativa de compra da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que tornaria inviável o programa de compra de alimentos de agricultores familiares, que é um dos mais importantes da política de segurança alimentar nacional¹¹.

A complicação na resposta do governo a garantia da segurança alimentar reflete o desmonte da política de segurança alimentar iniciada com a extinção do CONSEA. As políticas agrícolas no Brasil favorecem os grandes produtores de commodities e

¹¹ Ver <https://fbssan.org.br/2020/03/entidades-propoe-medidas-para-garantir-o-direito-a-alimentacao-e-combater-a-fome-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: maio/2020.

desfavorecem os pequenos agricultores, o que está relacionado ao setor exportador. Uma forma de balancear isso seria através da reativação do Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, que promove a garantia de mercado também para os pequenos produtores.

De acordo com a (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2003), o PAA também promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. A agricultura familiar deveria ser a categoria priorizada, visto que produz a maior parte dos alimentos que consumimos, além de os pequenos produtores serem os mais frágeis e por isso demandam apoio de crédito e políticas de compra de alimentos da agricultura familiar.

A demanda por produtos possíveis de estocar tende a aumentar, exigindo bom planejamento logístico por parte da indústria e por isso, a mesma deve direcionar atenção à doença em contextos de crise. Buscando se proteger de uma eventual escassez, a população tende a adquirir mais alimentos processados e ultra processados, por serem menos perecíveis, de fácil acesso e muitas vezes, mais baratos em comparação a alimentos frescos. Porém, é de extrema importância que a população tenha acesso a alimentação equilibrada e nutritiva para enfrentar a doença. Todavia, o acesso à alimentação equilibrada é imprescindível para o enfrentamento da doença. A segurança alimentar deve ser considerada para além do aspecto higiênico-sanitário (OLIVEIRA et al; 2020).

CONCLUSÃO

Em caráter conclusivo, é importante salientar a extrema importância da reformulação das medidas contra a propagação da COVID-19, baseando-se em exemplos que obtiveram bons resultados em outras nações, levando em consideração os riscos iminentes à insegurança alimentar. Diante do cenário atual, é necessário que haja alinhamento do poder público, da iniciativa privada e da população para o enfrentamento da pandemia, variáveis essas que vem afetando diversas camadas e torna mais complexo o contexto socioeconômico e político já existente no país.

Os desdobramentos do covid – 19 principalmente no Brasil, evidenciam diversas desigualdades, não apenas no contexto da atual crise sanitária, mas por colocar em relevo questões como vulnerabilidade social e cenários políticos críticos em pauta. Os desafios do Brasil para garantir a segurança alimentar e nutricional sempre foram muitos, e se

desdobram a cada desestabilidade nos múltiplos aspectos do contexto atual. Considerando essas configurações, as mobilizações precisam ser articuladas no sentido da garantia desse direito.

Nessa direção, diversas organizações, redes, fóruns, movimentos da sociedade civil, abaixo assinados, que atuam na garantia na defesa do direito humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), apresentaram em conjunto uma sequência de propostas voltadas para o combate à fome, de caráter urgente para serem implementadas nas esferas federal, estadual e municipal e reiteram que as medidas precisam ser tomadas em parceria com os conselhos de participação social, como é o caso dos conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de Assistência Social, Saúde, e de Alimentação Escolar.

Parte dessas recomendações, colocam em relevo a importância da rápida mobilização, principalmente em decorrência do panorama atual do Brasil, onde a estagnação econômica tem retroalimentado a extrema pobreza e o número da população em situação de rua. A FBSSAN, contextualiza principalmente o cenário atual dos desmontes que colocam em risco a garantia do direito à alimentação no Brasil:

O SISAN também sofre acelerado desmantelamento, aprofundado com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a drástica redução e até mesmo extinção de programas. Em 2014, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) geria um orçamento (LOA) de R\$ 2,5 bilhões, tendo passado a dispor de apenas R\$ 447 milhões em 2019. As políticas voltadas para a agricultura familiar, assentamentos rurais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais seguem no mesmo caminho (FBSSAN, p. 3).

Como bem elucidado no excerto, a pandemia só coloca um holofote sobre direitos que já caminham de forma trêmula no Brasil, por isso a necessidade urgente de certos recuos para possibilitar a garantia do direito à alimentação, tendo em vista todo o cenário, que tende a se agravar, por todo o panorama exposto até o momento, principalmente colocando em relevo as questões do trabalho e da conjuntura política do Brasil atualmente.

Tendo consciência do exposto, as propostas imediatas das recomendações se baseiam em: revogações do congelamento orçamentário nacional, na reposição financeira voltada para saúde, na criação de comitês estaduais e municipais de emergência para o combate à fome, com formação pelas estâncias do SAN, como os conselhos (conseas) e (Caisans), seguido pela interrupção de todos os despejos e reintegrações de posse, coletivos e individuais, em áreas rurais e terrenos urbanos, e por fim, a adequação das estratégias de continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), segundo (FBSSAN,

p. 5). As recomendações são assinadas por diversos atores sociais, e grande parte das preocupações são levadas à frente e consideradas, principalmente no que tange ao PNAE.

Dessa forma, é importante garantir a continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tendo em vista que existe uma preocupação que paira por parte da sociedade e dos mais importantes setores, tanto na escala internacional como nacional acerca da garantia da segurança alimentar a crianças e jovens, nos seus mais diversos cenários, elucidados ao longo deste artigo. Principalmente por avaliarem que grande parte desse grupo é constituído com os seres mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional no mundo.

REFERÊNCIAS

- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade* v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.
- BRASIL, Lei Nº 11.346, 15 de setembro de 2006 Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 25 de maio de 2020.
- CLAPP, J; COHEN, M. J. (Ed.). **The global food crisis: governance challenges and opportunities**. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2009.
- CLAPP, J. **Hunger in the balance: The new politics of international food aid**. Ithaca: Cornell University Press, 2012.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/Organización Internacional del Trabajo (OIT), “El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)”, *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, Nº 22 (LC/TS.2020/46), Santiago, 2020.
- COTTA RMM; MACHADO JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Rev Panam Salud Publica*. 2013;33(1): 54–60.
- De SCHUTTER, O. How not to think of land-grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 249-279, 2011.
- _____. *The World Trade Organization and the Post-Global Food Crisis Agenda*. Brussels: University of Louvaine, 2011.
- Elliott, Larry. “Against the Grain: Weak Dollar Hits the Poor.” *The Guardian*. 21 April, 2008.

FIAN BRASIL, Impactos da covid -19 na realização do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas: **Relatório preliminar de monitoramento**. FIAN Brasil, 2020.

Committee on world food security (CFS). **Impact of covid – 19 on food security and nutricion (FSN)**. Rome, 2020.

Food and Agriculture Organization of The United Nations (FAO). **Global report on food crises on (GRFC): Joint analysis for better decisions**. Washington, D.C, 2020

International Labour Organization (OIT). **Impact of lockdown measures on the informal economy**. Geneva, 2020.

Food and Agriculture Organization of The United Nations (FAO). **The State of Food Security and Nutrition (SOFI) 2017: Building Resilience for Peace and Food Security**. Rome, 2017.

Food and Agriculture Organization of The United Nations (FAO). The state of food insecurity in the world 2001. Rome: Food and Agricultural Organization of the United Nations. Roma, 2001.

Food and Agriculture Organization of The United Nations (FAO). Trade reforms and food security: conceptualising the linkages. Rome: Commodity Policy and Projections Service, Commodities and Trade Division. Roma, 2003.

Fórum brasileiro de soberania e segurança alimentar e nutricional (FBSSAN). **Como nos organizar para exigir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus**: Comunicado 02. Brasil, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros. Saneamento básico: aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico: 2017. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2018.

MALUF R. S; MENEZES F, VALENTE F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. Vol. IV / 1996 da Revista Cadernos de Debate, publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, UNICAMP, p. 66-88.

Marcos Sawaya Jank. Estadão opinião. Um alerta para zoonoses e segurança do alimento. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,um-alerta-global-para-zoonoses-e-seguranca-do-alimento,70003280974>>. Acesso em: 10 abril. 2020.

McMICHAEL, P. Land Grabbing as Security Mercantilism in International Relations. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 47-64, 2013.

McKEON, N. **Food Security Governance. Empowering communities, Regulating corporations.** New York: Routledge, 2015.

Nações Unidas Brasil. Organização mundial da saúde classifica novo coronavírus como pandemia. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/organizacao-mundial-da-saude-classifica-novo-coronavirus-como-pandemia/>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

Nações Unidas Brasil. OMS: a cada dia, mundo registra em média 80 mil novos casos de covid 19. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-a-cada-dia-mundo-registra-em-media-80-mil-novos-casos-de-covid-19/>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

Naveen Thukral. Reuters world News. Panic buying, lockdowns may drive world inflation – FAO, analysts. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-food-security-idUSKBN21808G>>. Acesso em: 10 abril. 2020.

NUSSBAUM, M. C. **Fronteiras da justiça:** deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

OLIVEIRA TC, ABRANCHES MV, LANA RM. (In)segurança alimentar no contexto da pandemia por sars-cov-2. Cadernos de saúde pública, espaço temático: covid-19 – contribuições da saúde coletiva.

PATEL, R. **Stuffed And Starved:** the Hidden Battle for the World Food System. New York: Melville House Pub., 2007.

_____. McMICHAEL, P. A Political Economy of the Food Riot. Review: A Journal of the Fernand Braudel Center. **Political Economic Perspectives On The World Food Crisis**, v. 32, n. 1, p. 9-35, 2009.

_____. Food sovereignty, The Journal of peasant studies, 36:3, 663-706, 2009.

Pechlaner, G. and Otero, G. (2010) Neoliberalism and food vulnerability: the stakes for the South, in: G.Lawrence, K. Lyons and T. Wallington (eds) Food Security, Nutrition and Sustainability. London: Earth-scan, pp. 79–96.

Secretaria especial do desenvolvimento social - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2003. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Timmer, C. “The Causes of High Food Prices.” Asian Development Bank Working Paper no. 128. Manila: Asian Development Bank, 2008.

United Nations. Report of the World Food Conference, Rome. 5–16 November 1974. New York: United Nations, 1975.

Via campesina. The right to produce and access to land. Rome, 1996.

WHO Novel Coronavirus disease (2019- nCoV). Geneva: World Health Organization; 2020. (WHO situation report; 1).

WHO Novel Coronavirus disease (2019- nCoV). Geneva: World Health Organization; 2020. (WHO situation report; 2).

WHO Novel Coronavirus disease (2019- nCoV). Geneva: World Health Organization; 2020. (WHO situation report; 3).

Submetido em: junho 2020

Aceito em: setembro 2020